

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo relacionar as atuais reformas da educação aos princípios do Paradigma Industrial e da escola de resultados. O texto trata da relação entre a educação contemporânea no Brasil e o alinhamento com o modelo industrial de produção aplicado nas reformas educacionais que estão sendo implementadas. O processo de gestão da atividade docente impõe uma mecanização (automatização) da atividade de ensino, utilizando medidores externos, controle de notas, testes padronizados e provas estandardizadas para se obter um parâmetro matemático para a educação.

**Palavras-chave:** Reformas educacionais; Paradigma Industrial; Escola de Resultados

## ABSTRACT

This article aims to relate the current education reforms to the principles of the Industrial Paradigm and the results school. The text deals with the relation between contemporary education in Brazil and the alignment with the industrial model of production applied in the educational reforms that are being implemented. The process of management of the teaching activity imposes a mechanization (automation) of the teaching activity, using external meters, control of grades, standardized tests and standardized tests to obtain a mathematical parameter for education.

**Keywords:** Educational reforms; Industrial Paradigm; Results School

## Introdução

No Brasil há, entre tantos, um problema político evidente, o de saber como o Estado brasileiro deve ser administrado. Como principal ponto do debate sobre o Estado estão as políticas neoliberais, defendidas pela maioria dos partidos políticos com um conjunto de discursos para implementar novas formas de

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás; Professor da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Goiás. [jornalcafil@hotmail.com](mailto:jornalcafil@hotmail.com)

terceirizações, redução de investimentos sociais e burocratização do acesso aos bens públicos.

Para Anderson (1995), o neoliberalismo é um projeto do sistema econômico, com espaço cada vez mais ampliado no mundo. Mas essa expansão do pensamento neoliberal decorre principalmente de uma forte ideologia baseada em alguns pensadores da escola austríaca (HARVEY, 2008) que defendem um conjunto de receitas para estancar as crises econômicas, como: a diminuição dos gastos do bem-estar, com controle rígido das contas; privatização de empresas públicas; restauração do desemprego para quebrar o poder dos sindicatos; reforma fiscal; diminuição dos impostos dos mais ricos para recriar os incentivos para o desenvolvimento. Mas, na prática econômica, as medidas neoliberais não apresentaram efetividade econômica na superação de crises.

Em relação à educação pública, o cenário que podemos enxergar são políticas públicas para a economia neoliberal, no caso, redução de investimentos para o setor, sendo possível perceber que boa parte dos recursos não chegam aos estudantes e que a solução encontrada por essa política de controle fiscal é a privatização da gestão das escolas públicas.

Nesse contexto, a racionalização econômica e tecnológica passa a ganhar um discurso insistente e positivo nas escolas, a comunidade escolar passa a expressar os mesmos discursos do mercado, como maximizar resultados, qualificar os alunos, flexibilizar o currículo. A educação segue um modelo industrial e as escolas seguem uma estrutura muito parecida com os modelos disciplinares das fábricas.

Assim como condicionamos os esforços dos trabalhadores, fazemos também um condicionamento as atividade docente e discente, a escola de resultado segue essa premissa à risca, os alunos estão sempre sendo submetidos a testes e quando vão mal são penalizados alunos, professores e a direção. A escola passa a ter uma missão, ensinar o mínimo necessário para superar os testes externos standardizados. Essa forma de ensino cria condicionamentos negativos sobre o conhecimento, limitando e conduzindo a

escola a uma instrução reprodutora de conteúdo em série, como se fosse uma máquina de aprendizado.

## **A Escola no Paradigma Industrial**

Como histórico, o paradigma industrial começa a ser traçado com o avanço das sociedades industriais que são acompanhadas de uma proliferação de grandes cidades, com uma enorme fome de consumo, seja de bens materiais, seja em serviços e bens culturais.

Para Bertrand (1994, p. 85) “o paradigma industrial, numa palavra, caracteriza-se pela aplicação da racionalidade científica às atividades humanas e pela crença no progresso material”. De forma mais ampla, o conceito do paradigma industrial se relaciona com o valor que é atribuído à racionalidade científica e uma crença na evolução do homem e da sociedade de maneira linear.

Para uma sociedade de característica industrial, um dos bens educacionais mais importantes é o conhecimento, mas no caso em questão o conhecimento está mais na condição de um objeto utilitarista que pode ser determinado e mensurado economicamente.

O utilitarismo, por sua parte, remete à busca do interesse individual e egoísta, a dimensão econômica tornando-se o único vetor do comportamento do humano [...] Em suma, a concepção empirista, sensualista e utilitarista de realidade humana não guarda a não ser o valor mercantil da vida, respondendo aos interesses individuais e imediatos dos seres humanos. (LENOIR, 1994, p. 6)

De maneira majoritária, a ciência, na condução do objeto do conhecimento, se torna hierarquizada e baseada em premissas únicas para a obtenção de determinados resultados. Além do conhecimento como um objeto a ser perseguido, a ação humana passa a ser caracterizada pelo individualismo, muito comum nas formas e características dos atuais modelos de produção.

Essa forte visão individualista nas sociedades industriais acaba por conduzir as pessoas a uma análise utilitária da vida, transformando a todos em pequenas empresas que obtém lucros na forma de felicidade adquirida. Na prática, as pessoas aceitam os modelos pré-determinados e não consideram contradições nesse modo de vida, sendo o próprio sujeito uma forma de produto a ser consumido. A objetificação está presente em todos os ambientes sociais da vida.

Numa educação utilitarista que prospera, centrada numa função de aculturação para uma economia de mercado, o princípio do humanismo foi substituído por aquele do profissionalismo, que os estadunidenses chamaram no fim do século XIX de “vocacionalismo” (no sentido de vocação profissional). Os sistemas de ensino atuais são administrados como "empresas de serviços", de mercantilização do saber/saber, que devem funcionar de acordo com as "regras" econômicas do mercado. (LENOIR, 1994, p. 9)

Os valores econômicos passam a fazer parte do universo da vida humana, a noção de responsabilidade individual não é perdida, mas associada a capacidade de lidar com as adaptações necessárias para ser “bem-sucedido”, mesmo que as circunstâncias não estejam dentro de um controle do sujeito. De modo geral, esses valores são muito difundidos em ambientes culturais, como filmes, novelas, literatura, o poder do sujeito vai além de sua força mecânica corporal.

A quantificação dos dados e a importância dos números passa a ganhar uma correspondência quase que exata para a vida, mesmo que muitos não saibam explicar como que é possível relacionar a vida a números exatos. O mérito é analisado como forma de cumprir inúmeras tarefas e receber a recompensa para obter mais dinheiro. O sucesso é medido pela eficiência em apresentar os números que são planejados por outrem. E mesmo que o sujeito consiga ou não consiga chegar aos números necessários, a responsabilidade continua sendo dele. A ideia de meritocracia induz os sujeitos a pensarem que

todos são iguais, pois detém a mesma capacidade de chegar onde outros chegaram.

O individualismo da pessoa alia-se a uma aceitação incondicional das regras de funcionamento da sociedade. Isto ocorre, porque o conhecimento, como já o dissemos, é o resultado do investimento do sujeito por parte do objeto, o que resulta no fato de a pessoa e o mundo serem considerados como um sistema de objetos industriais. (BERTRAND , 1994, p. 88)

A acumulação de bens e dinheiro é baseada em uma estratégia de mercado que assegura que a produção possa ser frenética. A acumulação de dinheiro está relacionada a satisfação dos sujeitos, incorporada na ideia de bem-estar. A lógica construída diz que o indivíduo é capaz de administrar por sua própria vontade, a quantidade e necessidade exata para o consumo como se fosse uma empresa. Como um grande número de pessoas vivem de maneira desigual economicamente, então, torna-se aceitável que a maioria sem condições exista para que a minoria que detém poder econômico possa viver melhor.

O domínio da tecnologia e da ciência são fundamentais para entender o paradigma industrial. Com perspectivas de curto prazo, a aceleração da produção tenta usar a mesma receita do processo produtivo em quase todos os ambientes de organização social. É necessário criar um cenário de economia constante para conseguir ampliar lucros e avançar a produção.

### **Paradigma Racional/Tecnológico**

A fé em uma sociedade que evolui utilizando as ciências, as tecnologias e facilitando o acesso a produtos materiais levam os sujeitos a não questionar as estruturas pré-existentes da sociedade. A adequação é também um imperativo individual, pois todos são capazes de controlar a si mesmo por um bem maior, no caso da escola, por um conhecimento a se adquirir.

A transmissão de conhecimento nessas características é baseada em uma ideia de conservação de um modelo de sociedade, onde as classes, as desigualdades de gênero, renda, cor, e etnia não importam, pois o mercado é capaz de resolver as desigualdades a partir do esforço e da determinação de cada indivíduo. As decisões são sempre hierarquizadas, mas é necessária a “democracia representativa”, para garantir que os sujeitos sintam que continuam tomando decisões, mas nunca tomam as decisões, apenas escolhem o próximo representante que toma as decisões por eles.

Em certa medida a função do estudante é tão instrumental quanto será sua função dentro de uma fábrica, pois os estudantes estão sendo preparado para o mercado de trabalho que o trata como mercadoria, a escola o trata como uma preparação para que ele seja uma boa mercadoria. Não existem coincidências nesse processo, a lógica do paradigma racional induz a uma abordagem mecanicista, onde a transmissão de valores e conhecimento é elaborada previamente pelos sistemas de ensino e mediado pelo professor.

O aluno deve conformar-se com as normas culturais e sociais aceitas pela maioria. Está subordinado as expectativas e as diretivas dos professores; ele assiste às aulas, recebe a mensagem e responde adequadamente. Aprende a virtude do trabalho. A aprendizagem é um empreendimento trabalhoso que não deixa espaço para o jogo. O aluno aprende a dominar as suas emoções e o seu comportamento, assim como a reprimir as suas tendências. A avaliação faz-se por comparação segundo critérios normatizados e idêntico para todos. (BERTRAND, 1995, p. 101)

Para o paradigma tecnológico, a grande questão é que a função da escola começa a ser pensada a partir de um espaço neutro, a escola começa a ser administrada como um modelo de gestão privada, sendo que a responsabilidade da escola é desempenhada como uma forma de serviço, e sendo serviço, a função central é o ensino, necessariamente deve ser um ensino objetivo e neutro.

O controle social das aulas, sobre os conteúdos políticos e sociais, um tipo de assédio que os professores passam por tratarem de assuntos políticos em sala de aula.

[...] ao professor se destinaria a função de apenas instruir. Utilizando-se de categorias como neutralidade científica em sobreposição à liberdade de expressão e de pensamento, o que se quer é o controle do trabalho de professores e técnicos da educação para que eles atuem apenas na produção de subjetividades normalizadas. (FRIGOTTO, 2017, p. 110)

Para Bertrand (1994) outro aspecto que tem bastante influência é a defesa irrestrita de Instrumentos Tecnológicos para as aulas, computadores, celulares, tablets, mecanismos audiovisuais, além de aulas a distância, pois se espera que de forma extremada de individualização o sujeito possa aprender sozinho.

Com o paradigma tecnológico, apoiado pelo paradigma racional o mundo do trabalho ganhou espaço para fazer transformações que consideraram vitais para a preservação do lucro. De acordo com Pacheco (2014) a desestruturação do trabalho veio acompanhada por uma séria de “des”, “Des” especialização, “Des” regulamentação. Com o argumento de que o mundo do trabalho deve ser mais dinâmico e que os trabalhadores devem ser capazes de lidar com os novos espaços de trabalho que sobraram.

Dessa forma, a reestruturação produtiva conduz para a imprevisibilidade, insegurança, interdisciplinaridade, compressão do tempo e das distâncias, velocidade crescente da produção e circulação de bens: intelectuais, materiais, culturais. O conhecimento passa a se tornar um utilitarismo: inovação, consumo, controle, lucratividade. As formas e meios de comunicação, formas e meios de conhecimento, formas e meios de aprendizagem.

Se pudermos apontar algumas críticas quanto a educação na era industrial, começamos pela própria ideia de ensino, as escolas, não deveriam se limitar a oferecer o mínimo conhecimento necessário, mas ao contrário, oferecer um espaço de construção crítico, com domínio de um pensamento teórico,

domínio das lógicas, criticidades. A formação de sujeitos não deve se limitar em sua própria capacidade, a formação humana deve ser completa, conduzir os sujeitos para uma ética que dê valor as ações humanas, a solidariedade e a criatividade.

### **Escola e trabalho docente na standardização, homogeneização e padronização**

Segundo Pacheco (2014), Freitas (2012) e Libâneo (2011) os modelos de standardização da educação são pautados em uma lógica formada pelo mercado, chamada de meritocracia escolar, que acredita que seja possível dentro de uma dinâmica numérica (resultado de provas) emitir diagnósticos certos sobre o déficit de aprendizagem real. Esse argumento parece extremamente convincente para uma prestação de contas entre os atores envolvidos, escola, professores, alunos, pais e sociedade.

A escola como um todo passa a representar um valor econômico, a escola já faz parte de um instrumento que valoriza a qualificação do aluno para o mercado de trabalho, mas nesse momento a escola está em vias de se transformar em uma mercadoria, haja visto que há uma tendência à construção de um modelo de gestão privada e como todos esses dados são alicerçados em parâmetros econômico administrativo, logo induzem para uma ideia de eficiência dessa mesma gestão privada, abrem então caminho para a privatização das escolas públicas.

Segundo Anderson (1995) as premissas do neoliberalismo baseado na escola austríaca, justificam as desigualdades econômicas e as consideram como soluções para a estabilidade do mercado, sendo que muitas vezes, essa desigualdade e o próprio desemprego tornam-se necessários para a estabilidade do mercado. Essa forma de gerar um dado estatístico que pode ser administrado por políticas da administração pública, coloca a escola em uma situação de vulnerabilidade, pois as desigualdades entre estudantes e escolas não são consideradas, transferindo para a escola e principalmente para professores toda a responsabilidade da precariedade da educação pública.

Uma educação baseada em metas parte de um princípio que o conhecimento é um objeto, e que esse objeto só pode ser adquirido de uma única maneira, essa educação baseada em teste e provas de equivalência limitam os estudantes, induzem que educação é apenas sair bem nas provas, responder questionário e se preparar para os próximos.

A lógica da escola de resultados baseia-se numa concepção de conhecimento instrumental, de valor imediato, utilitário, aplicado, por isso pode ser predeterminado pelo sistema de ensino (apostilas) e reproduzido (o professor apenas o repassa). É, também, uma concepção que reduz a pessoa (professor, aluno) ao seu lado individualista, cada um por si; os indivíduos são motivados por meio de gratificações; as diferenças individuais não são importantes, as relações humanas são como relações entre objetos. (LIBÂNEO, 2011, p. 7)

Os processos administrativos passam a controlar de maneira direta a forma como os professores farão a transferência de conteúdo, sendo que o trabalho docente passa a ser controlado no tempo, no espaço, nos conteúdos e nos resultados do trabalho. Com efeito, essas formas administrativas interferem no trabalho docente, mas não se responsabilizam pelos seus resultados.

As estrutura administrativa e as avaliações externas, são também utilizadas como estratégias para o controle do currículo e das práticas pedagógicas. Recentemente tivemos no Brasil uma Reforma do Ensino Médio a partir da Medida Provisória nº746/2016, foi apresentado o projeto do Governo de Michel Temer (PMDB) em 22 de setembro de 2016.

Entre as mudanças no currículo houve a aprovação das Bases Nacionais Comum Curriculares – BNCC, que são os conteúdos que devem ser ministrados a nível nacional para o Ensino Médio, mas entre as principais mudanças estão na flexibilização das disciplinas e das áreas do saber, passando para os estudantes a “escolha” de quais disciplinas de áreas do saber poderia se

inscrever. Embora, a maior parte das escolas não tenham professores suficientes para as diferentes áreas do saber.

A Reforma do Ensino Médio no Brasil reforça o que tratamos sobre o controle do currículo por parte do Estado, entre os principais problemas podemos pontuar que as escolas não conseguem trabalhar uma educação fora dos parâmetros dos testes padronizados devido ao controle do trabalho docente. Os estudantes apresentam baixo interesse sobre os conteúdos dos rankings, falta de criatividade, aumento de stress, empobrecimento de leitura.

De forma objetiva, essa maneira em que a administração pública utiliza as informações contra as instituições de ensino públicas, demonstram que há um sistema de punições e que a solução para os problemas dessa natureza seria uma administração completamente privatizada para que não houvesse nenhuma forma “ideológica” por trás dos procedimentos, ou seja, para que a única ideologia aceitável seja a do mercado financeiro.

Como uma forma de estruturação produtivista, alguns sentidos da escola ficam de lado, os alunos não percebem que estão cada vez mais engessados, e os professores cada vez mais responsabilizado.

A ideia de performatividade curricular tem sido perseguida desde a gênese da escola, com a identificação dos melhores ou piores alunos em função de suas capacidades e possibilidades, e conseqüentemente reportada para i) ao desenvolvimento cognitivo, como se a mente fosse um músculo, ii) à pedagogia por objetos, na expressão do behaviorismo e do construtivismo, e iii) à pedagogia por competências. (PACHECO, 2011 p. 115)

Os resultados sempre criam um valor quantitativo que não conseguem ser transformados em experiências para outros professores, sendo que há um processo de homogeneização das práticas, inclusive com o processo mimético, em que se copiam questões e temas de provas anteriores para então estudar no próximo ano. As escolas tendem a se transformarem em reprodutoras de um conteúdo cada vez mais limitado. Esse processo transformam as escolas e

reprodutores de resultados, mas sem levar em conta como foi o processo escolar para que se chegasse a esse resultado específico.

Um dos efeitos da abordagem centrada em *standards* nas escolas é o da instrucionalidade da educação, com tendência para a valorização do ensino face à aprendizagem e do resultado face ao processo, no regresso à ideia da pedagogia behaviorista de que a escola funciona bem desde que os resultados sejam concordantes com os comportamentos definidos. (PACHECO, 2014 p. 117).

Essa desigualdade entre as escolas não produz um dado econômico que as desigualdades deveriam ser resolvidas, mas ao contrário, uma baixa nota no regime de estandardização produz enormes cobranças sobre os professores que muitas vezes não são capazes de mudar a realidade dos seus estudantes. Além dessa medição ser realizada entre escolas, estados e países, o modelo de escola de resultados busca de maneira frenética que os estudantes estejam capazes de responder perguntas previamente elaboradas por empresas que tem várias formas de financiamento não estatal.

De forma sistemática, há um processo de condicionamento dos estudantes a conseguirem os resultados esperados, de modo que para a sociedade brasileira essa visão tecnicista e economicista é facilmente sustentada pela lógica dos números, mas os verdadeiros objetivos desse modelo de escola é: 1 - aproximar as escolas com os setores produtivos, principalmente do mercado de trabalho, 2 - utilizar indicadores sintéticos (numéricos) para fundamentar as suas políticas de resultados, desenvolvendo políticas educacionais utilizando diagnóstico de uma única ferramenta de verificação, 3 - modelos, princípios e métodos de organização é baseado em um princípio de gestão privada, 4 – o pragmatismo é um fundamento e critério.

Mesmo que os professores não concordem e não compactuem com essa estruturação pragmática de uma escola baseada em seus resultados numéricos, a chance de ir contra essa forma de avaliação é mínima, haja visto que além de formas de avaliação esse modelo apresenta uma ideologia da meritocracia, uma

meritocracia necessária na escola, onde é necessário descortinar as debilidades, e treinar seus estudantes e professores a obedecer, responder os questionário e repetir esse processo para se chegar aos resultados esperados.

## **Escola de Resultado e as Recentes Reformas da Educação**

Os modelos de escola democrática e participativa foram muito defendidas após a redemocratização do Brasil em 1985 e principalmente após a aprovação da nova Constituição Federal em 1988, mas as ideias de escola democrática e participativa foram gradativamente sendo substituídas pelos discursos de *gestão democrática* e participativa

A grande parte das decisões sobre a escola fica a cargo e as muitas vezes restrito às instituições políticas governamentais, onde a participação de professores e principalmente de estudantes fica restrita a pura obediência. O estudante que é o principal interessado deveria ter maior participação nas políticas públicas que são implementadas.

Na contramão de uma escola democrática podemos citar como modelo de gestão não democrática os Colégios Militares. O Estado de Goiás é um recordista na criação deste modelo escolar. Desde 2007 (GUIMARÃES, 2017, p. 10) cresce consideravelmente o número de colégios militares, em apenas 9 anos passou de 6 em 2007 para 52 unidades em 2016, mesmo sendo aprovados em lei, hoje encontra-se aproximadamente 36 colégios militares em pleno funcionamento em Goiás. Com destacamento de policiais armados, com comandos rígidos, cobrança de mensalidades, com valores éticos nacionalistas, controle da aparência física dos alunos, enfim, tudo é controlado, inclusive o ensino da história, filosofia e sociologia, disciplinas consideradas mais críticas.

Com grande apoio popular, essas escolas se multiplicaram, Governos se posicionam dizendo encontrar uma solução aos anos de fracasso da educação pública. Mas recentemente, a solução sempre está na transformação da educação pública em um negócio lucrativo. Para o Estado, a terceirização repassa a responsabilidade da educação para outras instituições, além das

escolas militares, OS (Organizações Sociais, empresa “sem fins lucrativos”, com o objetivo de substituir os órgãos públicos), PPP (Parceria Público Privado), escolas conveniadas.

A educação dentro dessas características pode se tornar um meio para o controle dos sujeitos (professores tarefeiros) mas sem construir uma base crítica necessária para pensar e problematizar a sua própria condição de vida. Sem a autonomia necessária para o saber estamos apenas empobrecendo ainda mais o pensamento educacional às custas de uma vontade de condicionar crianças para serem adultos obedientes.

Quero dizer que, obviamente, não sou contra o uso das tecnologias da educação. Sou contra a fetichização das tecnologias e seu uso apenas para formar professores em massa e em tempo reduzido, com um programa meramente instrumental. O professor “tarefeiro” deixa de ser sujeito, o lugar dos sujeitos passa a ser atribuído à tecnologia. [...] o professor precisa dominar bem os conteúdos, ter uma formação cultural sólida e uma visão crítica do seu trabalho e da sociedade. (LIBÂNEO, 2008, p. 176)

Mesmo com esse péssimo cenário onde as escolas não cumprem papel democrático, onde os estudantes são condicionados à obedecer, onde as escolas tendem a serem privatizadas, ainda assim surge uma nova via. No final de 2015 surge um “ativismo estudantil” no Estado de São Paulo e posteriormente em outros estados, vários grupos de estudantes secundaristas que através de unificação com outros estudantes de outras escolas criaram um movimento contra a “reorganização escolar”. Em Goiás o movimento Secundaristas em Luta ganhou corpo principalmente após as ocupações de escolas que aconteceram entre dezembro de 2015 a março de 2016.

A ocupação é um espaço no qual o sujeito questiona a si e aos outros a todo momento, um exercício constante de desconstrução; as simples questões do que será feito para o almoço ou onde serão

guardadas as bolas de basquete, por exemplo, podem se tornar uma discussão política. Por isso, a ocupação também é uma experiência emocional intensa, cansativa e uma ruptura radical com a vida “pré-ocupação”. Não é à toa que estudantes dizem que nunca mais serão os mesmos após as ocupações. (CAMPOS, 2016, p. 128)

Mesmo um grande movimento de estudantes não foi capaz de parar as Reformas educacionais do governo Temer (PMDB), as mudanças que afetam principalmente os estudantes mais pobre, amplia os espaços para a desigualdade educacional, reduz investimentos e intensifica a proletarização dos professores. Com os recentes históricos relacionados as mudanças das gestões administrativas das escolas podemos notar que essas mudanças acontecem principalmente baseadas nas premissas do paradigma industrial, no projeto de competências e habilidades e no plano de escola de resultado. A Reforma do Ensino Médio realizada em 2016 evidencia um desejo de ampliar a participação empresas na formação dos estudantes, ampliando o ensino técnico e diminuindo as horas de aula para outras disciplinas.

A proposta dos reformadores empresariais é a ratificação do currículo básico, mínimo, como referência. Assume-se que o que é valorizado pelo teste é bom para todos, já que é o básico. Mas o que não está sendo dito é que a “focalização no básico” restringe o currículo de formação da juventude e deixa muita coisa relevante de fora, exatamente o que se poderia chamar de “boa educação”. Além disso, assinala para o magistério que, se conseguir ensinar o básico, já está bom, em especial para os mais pobres. (FREITAS, 2012, p. 289)

Além de um aporte necessário para a profissionalização e a rápida transferência dos estudantes para o mercado de trabalho, as grandes companhias que tem interesse na educação, de bancos a indústria esperam

economizar na especialização e treinamento de sua mão de obra, nesse caso, além de formar um estudante para se tornar rapidamente em um trabalhador, busca-se ainda amparar na escola a sua domesticação social, o tornando preparado para as relações humanas não conflituosas.

Segundo Freitas (2012) somente um espaço público pode lidar com a formação da juventude de forma a atender aos interesses nacionais dentro da necessária pluralidade de opiniões existentes no âmbito da sociedade. Os objetivos da educação são amplos e devem, sobretudo, permitir o desenvolvimento multilateral de nossa juventude. As Reformas da educação tem postergado o direito a educação de jovens estudantes, com o argumento de que o básico é o melhor que devem oferecer aos jovens. A partir dessas evidencias anteriores podemos presumir que as reformas não estão sendo implementadas para ampliar o desenvolvimento social, cultural e científico dos estudantes, mas para fazer justamente o seu oposto.

### **Considerações Finais**

É inegável que estamos vivendo um período histórico em que a sociedade tenta acompanhar as máquinas, onde a tecnologia e a racionalização humana ampliaram a ciência e a produção de bens de consumo, mas estamos vivendo também uma enorme crise de identidade sobre a educação. Não mais podemos chamar de educação o que está sendo apenas uma instrução para provas, formas equivocadas de desenvolver o pensamento dos estudantes.

As aspirações de qualidade e valor, muito perseguidos pela educação de vários países não representa mais o tipo de escola tradicional clássica do passado, estamos diante de uma escola nos moldes da precarização do trabalho, onde deve ser barata, instrumental, utilitarista e prática. Deixando de lado a construção de uma cultura crítica e instituindo um papel de subserviência para a educação pública.

Todos esses aspectos são importantes para entendermos o paradigma industrial, mas também para entender que as ideias de privatização da educação

estão de acordo com o pensamento que é difundido no senso comum pelas mídias e por ideologias de classe dominante, valores de individualidade, poder de consumo, estado mínimo, responsabilização do sujeito e lucro. Estamos acompanhando na história recente a desfigurando papel do Estado, a retirada de direitos fundamentais e a entrega de poder para pequenos grupos econômicos.

Essas mudanças que tem acontecido na educação podem ser evidenciadas a curto prazo pelas Reformas da Educação que vem sendo aprovadas pelo poder executivo e legislativo. Entendemos que essas mudanças longe de trazerem maior solidez e dinâmica no ensino, torna a escola ainda mais frágil, e essa fragilidade atinge cada vez mais escolas que estão nas periferias e estão cada vez mais desestruturadas física, social e politicamente.

## 5 - Referências

**ALEGO – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE GOIÁS.** Dados extraídos no site da Câmara Legislativa do Estado de Goiás que versam sobre a criação dos CPMG. <[Http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis\\_ordinarias/2001/lei\\_14050.htm](http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2001/lei_14050.htm)>. Acessado em: agosto de 2017.

**ANDERSON, Perry.** *Balanço do neoliberalismo*. In: SADER, E.; GENTILE, P. (Org.). Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: editora Paz e Terra, 1995.

**BERTRAND, Yves; VALOIS, Paul.** *Paradigmas educacionais*. Lisboa, Horizontes Pedagógicos, 1994. p. 83-121

**CAMPOS, Antônia J. M.; MEDEIRO; Jonas; RIBEIRO, Marcio M.** *Escolas de Luta*. São Paulo: Veneta, 2016.

**FREITAS, Luiz Carlos.** *Os Reformadores Empresariais da Educação*. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

**FRIGOTTO, Gaudêncio (org).** *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. In. *Escola sem Partido: visibilizando racionalidades, analisando governamentalidades*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

**HARVEY**, David. *O neoliberalismo: história e implicações* Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

**GUIMARÃES**, Paula Cristina Pereira. Os novos modelos de gestão militarizadas das escolas estaduais de Goiás. XXIX Simpósio de História Nacional. Brasília: 2017. Texto extraído: [http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502846486\\_ARQUIVO\\_TRABALHO\\_COMPLETO\\_ANPUH\\_-Paula\\_2017](http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502846486_ARQUIVO_TRABALHO_COMPLETO_ANPUH_-Paula_2017)

**LENOIR**, Yves. *O utilitarismo invade as ciências da educação*. 2014. . Buletin de la CRCIE, n. 6, pp. 6-30. Tradução: Renata Luiza da Costa: Revisão: José Carlos Libâneo

**LIBÂNEO**, José C. *Considerações críticas sobre o documento “Diretrizes do Pacto pela Educação: reforma educacional goiana*. Goiânia, 2011

\_\_\_\_\_. Alguns aspectos da política educacional do governo Lula e sua repercussão no funcionamento das escolas. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.32, p. 168-178, dez.2008

**PACHECO**, José A. e **MARQUES**, Micaela. *Governabilidade curricular: ação dos professores em contextos de avaliação externa*. In: OLIVEIRA, Maria Rita N.S. (org.). Professor: formação, saberes, problemas. Porto (Portugal): Editora Porto, 2014.